

**ATA Nº. 19****SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA**

**EM 29 DE ABRIL DE 2016:** Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, no Pavilhão Municipal de Ventosa do Bairro, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período Antes da Ordem do Dia; Ordem do Dia: -----

- 1) Votação da Ata n.º 18; -----
  - 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
  - 3) Listagem dos Compromissos Plurianuais; -----
  - 4) Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e Documentos de prestação de contas do exercício de 2015; -----
  - 5) LCA – Leal, Carreira & Associados SROC – Certificação Legal das Contas de 2015 e Parecer; -----
  - 6) Declaração para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1, do art.º 15.º, da Lei n.º 08/2012; -----
  - 7) Declaração para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1, do art.º 15.º, da Lei n.º 08/2012; -----
  - 8) Procedimento Concursal para lugar de Chefe de Divisão de Administração e Conservação do Território – Designação do Júri. -----
- O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

Os Senhores Deputados Municipais, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Maria Clara Luxo Correia e Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos solicitaram a sua substituição o que veio a verificar-se por Fernando Manuel da Silva de Melo, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto e Susete da Conceição Ruivo Gomes, respetivamente. Os Senhores Deputados Municipais, Ana Filipa Varela Soares Pereira e Isabel Dias Santiago, não estiveram presentes. -----

**PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

- 1) Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Nuno Melo que esteve presente na Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra que transmitiu os assuntos ali tratados, conforme comunicação que a seguir se transcreve: -----

*“Comunicação, apresentada por Nuno Cerveira de Melo, Assembleia Municipal de Ventosa do Bairro, 29 de Abril de 2016 -----*

*Boa Noite a Todos, -----*

No seguimento da reunião da passada terça feira, dia 26 da Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra, e tendo estado presente na qualidade de representante do município da Mealhada gostaria de começar por partilhar algumas notas com esta Assembleia, colocando depois algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara enquanto membro integrante do executivo intermunicipal; -----

Tratou-se da 6ª Assembleia ordinária, com os habituais pontos para esta época do ano: Compromissos Plurianuais, Relatório de Gestão e Contas, Revisão Orçamental e Alteração ao Mapa de Pessoal; -----

Na sua habitual intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, começou por destacar a Presença da CIM RC no Congresso, Cidades na Europa-Visão 2030 no Chipre, onde foram discutidos temas como a Coesão e os refugiados e sobre o qual será emitido um documento oficial, segundo a sua opinião há ainda um escasso aproveitamento deste Comité das Regiões da Europa, que no fundo é a Confederação das CIMs. De seguida lembrou alguns Avisos de candidatura para Mapeamento de Investimentos na Área de Educação e Saúde (neste caso em protocolo com ARS), Eficiência Energética, e outros temas vários do domínio da CIM RC, fazendo um resumo do Relatório de Atividades, cujos principais 4 focos em 2015, foram: -----

1. Afirmação da Identidade Regional: -----

Aqui são elencadas algumas participações em eventos de promoção da Região de Coimbra, bem como algumas iniciativas e presença nos media tanto tradicionais, como digitais, nomeadamente as redes sociais; -----

2. QREN, Portugal 2020 e outros programas europeus. -----

Em termos de QREN, sendo a CIM RC o Organismo intermedio no âmbito do Programa Operacional da Região Centro, foram descritas as atividades desenvolvidas no âmbito da contratualização QREN, Execução e Reprogramações, algumas delas referentes a projetos do nosso concelho. Destaque que para fazer face a esta competência, a CIM recebeu mais 7 técnicos. I aqui também destacada a criação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, instrumento de planeamento territorial para o período 2014-2020. Embora já estejamos em Abril de 2016, parece-me, que neste ponto ainda "navegamos" a um nível muito macro... Neste âmbito foi referido também o Plano de Ação de Mobilidade Urbana sustentável - PAMUS, que promove a mobilidade urbana multimodal, estando previsto que até 2019 a CIM receba competências específicas neste domínio dos transportes públicos; -----

3. Reforço da Competitividade, num território inclusivo e sustentável; -----

Aqui são referidas Atividades de Central de Compras e de Serviços Partilhados, bem como iniciativas de Combate a Pobreza e Combate ao Insucesso Escolar, ou conforme referem os especialistas Promoção do Sucesso Escolar; -----

4. Promoção do Território, Captação e apoio ao Investimento; -----

Aqui é referido o desenvolvimento da já referida e longínqua Estratégia 2020, a promoção de empreendedorismo, com varias iniciativas, eventos e concursos. São

referidas varias iniciativas a nível do turismo, como por exemplo a participação na BTL, sendo que aqui o caminho cada vez mais e o da Promoção Conjunta, com a Região de Turismo, tendo tb cada vez mais a CIM, um papel ativo, dadas as ligações do Turismo, com a Cultura, o Património e os Recursos Endógenos -----  
Alem destas iniciativas, referidas muitas reuniões de articulação com a Administração Central e outras entidades. Desejando a sua não evolução para mais um nível burocrático da já pesada administração pública, e neste seguimento que gostaria de colocar uma primeira questão ao Sr. Presidente da Camara: -----

1. Na sua opinião qual tem sido evolução concreta da CIM, sob ponto de vista de uma certa ideia de regionalização de baixo para cima? -----

Por outro lado sabendo que as oportunidades de sinergia intermunicipais são imensas, -----

2. Independentemente da pratica existente, quais as oportunidades de colaboração e de sinergia, que se deparam e se podem desenvolver ao nível da CIM? -----

Por ultimo e antes de colocar a 3ª questão e após referir que todos os pontos foram pacificamente aprovados por quase unanimidade, gostaria de destacar o aparente pormenor, da capa do relatório de atividades da CIM ser a nossa fonte fria, o que naturalmente motivou uma conversa informal com o Secretario Executivo Jorge Brito, que nos "destapou um pouco o véu" do que tem vindo a ser articulado entre a CIM e o Município da Mealhada. E assim surge a 3ª questão: ----

3. Que projetos interessantes são esses em que a Mealhada esta envolvida ao nível da CIM? Pode-nos atualizar? -----

Muito Obrigado! -----

(inicio 21 horas e 15 minutos; fim 21 horas e 18 minutos) -----

2) Foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, que esteve presente numa reunião da Comunidade da Administração Regional de Saúde do Centro, no passado dia um de março de dois mil e dezasseis, em representação do Município, tendo informado sobre os assuntos ali tratados (inicio 21 horas e 19 minutos; fim 21 horas e 22 minutos) -----

3) O Senhor Deputado Municipal, António Neves, pediu a palavra para apresentar a seguinte intervenção: -----

"Sempre foi posição da CDU a recusa da agregação de freguesias. Desde logo, na Assembleia Municipal (A.M.) extraordinária realizada na Junta de Freguesia de Antes, em fevereiro de 2012, e, posteriormente, com a aprovação do documento de pronúncia da Assembleia Municipal, votado por unanimidade. Não vale a pena, aqui e agora, repetir as razões que nos nortearam nesses atos. Mas importará recordar que houve manifestações de vontade das populações contra a decisão do governo anterior que preferiu um pretensio economicismo à proximidade e bem-estar das populações. Apesar da boa vontade e dos esforços feitos localmente para esbater as consequências muito danosas que advieram da agregação das freguesias de Antes e Ventosa do Bairro na União das freguesias da Mealhada, Antes e Ventosa do Bairro, as populações daquelas freguesias continuam a queixar-se dos vários inconvenientes que resultaram daquela medida tomada pelo

*governo PSD-CDS que ameaçou seriamente o poder local democrático conquistado no 25 de Abril de 1974. -----*

*Para nós o assunto nunca ficou encerrado e muito menos agora que existe uma nova correlação de forças na Assembleia da República. Assim sendo, trazemos hoje a esta A.M. uma moção que visa reverter o processo de extinção de freguesias, repondo a autonomia e o poder local próximo e democrático. -----*

*Assim, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 36.º do Regimento desta Assembleia, os eleitos da CDU requerem à Sr.ª Presidente que esta proposta de moção seja apresentada e colocada à votação no ponto: "Antes da Ordem do Dia" Os deputados da CDU -----*

*António Neves, Suzete Gomes" -----*

*(início 21 horas e 22 minutos; fim 21 horas e 25 minutos) -----*

4) Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Luso que se referiu às análises da água da Fonte de São João, cujos resultados publicados pela ARS são diferentes dos publicados pelo CESAB, situação que causa alarme e preocupação nas populações. (início 21 horas e 26 minutos; fim 21 horas e 36 minutos). -----

5) No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vacariça, referiu que idêntica situação se passou com as análises da água da Fonte de Santa Cristina, por parte da Senhora Delegada de Saúde e do laboratório da SAL, cujos resultados apresentam valores diferentes. (início 21 horas e 36 minutos; fim 21 horas e 37 minutos) -----

6) No uso da palavra, interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba que felicitou a Câmara Municipal e o Setor do Desporto pelo contributo na organização da 3ª Volta da Bairrada. Referiu ainda a existência de projetos para a freguesia de Casal Comba que estão suspensos. (início 21 horas e 37 minutos; fim 21 horas e 40 minutos) -----

7) Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Pampilhosa que congratulou a organização da 3ª Volta da Bairrada e agradeceu à Câmara Municipal pela abertura do Espaço Cidadão na Pampilhosa. (início 21 horas e 40 minutos; fim 21 horas e 43 minutos) -----

8) Concedida a palavra à Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara informação sobre a sentença da fábrica Alcides Branco e o não cumprimento da mesma por parte do proprietário. (início 21 horas e 43 minutos; fim 21 horas e 50 minutos) -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que interveio para responder às questões colocadas. (início 21 horas e 51 minutos; fim 22 horas e 15 minutos) -----

9) O Senhor Presidente da União das Freguesias da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes pediu a palavra, e no uso da mesma, manifestou-se relativamente ao processo de agregação de freguesias e à revisão do mesmo. (início 22 horas e 15 minutos; fim 22 horas e 17 minutos) -----

10)A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Moção entregue pela CDU e que a seguir se transcreve: -----

*-----Pela reposição das freguesias – Moção-----*

*O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa. -----*

*A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do Estado a extinção e agregação das freguesias – à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos – inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas. -----*

*Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias. -----*

*A reforma administrativa imposta pelo governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu – antes agravou – os principais problemas com que se confrontam as freguesias. Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações. -----*

*Assim, propõe-se a comunicação da presente Moção aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2017. -----*

*Os deputados da CDU -----  
António Neves, Suzete Gomes -----*

*(início 22 horas e 18 minutos; fim 22 horas e 20 minutos) -----*

*O Senhor Deputado Municipal, Bruno Coimbra, pediu a palavra, e no uso da mesma, teceu algumas considerações sobre a Moção apresentada. (início 22 horas e 20 minutos; fim 22 horas e 32 minutos) -----*

*O Senhor Deputado Municipal, Artur Dinis, pediu a palavra, e no uso da mesma, solicitou, à Mesa da Assembleia, em nome da bancada do PS, um intervalo de 5 minutos, para discussão da tomada de posição sobre a Moção apresentada pela CDU. (início 22 horas e 32 minutos; fim 22 horas e 40 minutos). -----*

*A Senhora Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos pelo período de cinco minutos. -----*

*Posteriormente, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Moção apresentada pela CDU. -----*

Votaram contra os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Fernando Manuel da Silva de Melo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; o Senhor Deputado Municipal, Jorge Filipe de Almeida, absteve-se e votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: António Nogueira das Neves e Susete da Conceição Ruivo Gomes. -----

A Moção foi rejeitada por maioria, com 22 votos contra, 2 votos a favor e 1 abstenção. (início 22 horas e 45 minutos; fim 22 horas, 48 minutos) -----

Concedida a palavra à Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, fez uma Declaração de Voto. (início 22 horas e 48 minutos; fim 22 horas, 59 minutos) -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Bruno Coimbra, fez uma Declaração de Voto. (início 22 horas e 59 minutos; fim 23 horas e 1 minuto) -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, fez uma Declaração de Voto. (início 23 horas e 1 minuto; fim 23 horas e 2 minutos). -----

A Senhora Presidente interveio para referir que tendo sido solicitada pela Câmara Municipal, a inclusão na Ordem do Dia, do assunto MAXIVIDRO – Desafetação e afetação do Domínio Público Municipal, iria colocar à votação a referida inclusão. -

Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Fernando Manuel da Silva de Melo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; votaram contra, os Senhores Deputados Municipais: António Nogueira das Neves e Susete da Conceição Ruivo Gomes. ---

A inclusão do assunto anteriormente mencionado, foi aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 2 votos contra. (início 23 horas e 2 minutos; fim 23 horas e 4 minutos) -----

O Senhor Deputado Municipal, António Neves, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: -----

*“Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal -----*

*Apesar de este assunto ter cumprido o prazo de consulta e discussão públicas, parece-nos que estará a faltar uma análise cuidada e objetiva por parte desta Assembleia que, no nosso entender, passará pelo conhecimento e verificação desta questão no próprio local, tendo em conta que se trata de um assunto da maior importância e responsabilidade, sobretudo quando está em causa a desafetação de património do domínio público para o domínio privado. -----*

*Da breve análise que fizemos das peças do dossier, não ficámos esclarecidos, antes pelo contrário, em relação a este assunto. Neste sentido, a CDU entende que não estão reunidas as condições necessárias para a formação do seu voto, sem um cabal esclarecimento deste processo, propondo que este assunto seja discutido e votado na próxima AM, e não nesta. -----*

*Ainda neste contexto, esta empresa – na linha do que fazem muitas outras – num ofício enviado à CM refere o seguinte: «Os custos associados a uma possível deslocalização para outro local do país são enormes e teriam como consequência o desemprego imediato de cerca de 60 trabalhadores do concelho de Mealhada, com os consequentes custos sociais inerentes a tal decisão». -----*

*A invocação do papão do desemprego neste contexto é inaceitável, dado que configura uma forma de pressão e chantagem aos órgãos autárquicos. -----*

*Os deputados da CDU, António Neves, Susete Gomes” -----*

*(início 23 horas e 4 minutos; fim 23 horas e 8 minutos) -----*

*A Senhora Presidente da Mesa interveio para prestar esclarecimentos sobre a inclusão do assunto. (início 23 horas e 8 minutos; fim 23 horas, 9 minutos) -----*

*Não havendo mais intervenções foi iniciado o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----*

**1)VOTAÇÃO DA ATA N.º 18: -----**

*A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 18. -----*

*Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Fernando Manuel da Silva de Melo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Manuel Jacinto Gaspar Silva, Luís Filipe Tovim Ferreira e Jorge Filipe de Almeida e votaram contra, os Senhores Deputados Municipais: António Nogueira das Neves e Susete da Conceição Ruivo Gomes. -----*

*A Ata n.º 18 foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, 3 abstenções e 2 votos contra. (início 23 horas e 9 minutos; fim 23 horas e 10 minutos) -----*

*O Senhor Deputado Municipal, António Neves pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a Declaração de Voto, que a seguir se transcreve: -----*

*“ Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal -----*

*A Sra. Presidente tem referido de forma reiterada que nem tudo o que é dito nas Assembleias pode ser reportado nas atas. Sabemos isso. Mas permita-nos que possamos dizer que, se excluirmos as intervenções escritas da CDU, as atas ficam despidas de conteúdo, como se pode constatar na ata nº 18, dado que as intervenções orais, balizadas pelos tempos de intervenção, remetem-nos para as gravações áudio com os constrangimentos que provoca quer para os deputados, quer para futura consulta de cidadãos e outros, em contexto de arquivo. Mais, se esta Assembleia se der ao trabalho, verifica que só a CDU preenche mais de 60% dos conteúdos da dita ata, numa posição de algum protagonismo que a CDU não tem nem deseja. Rigorosos e interventivos sim, mas discretos. -----*

*Por tudo isto é que a CDU votou contra a aprovação da ata nº 18. -----*

*Os deputados da CDU, António Neves, Suzete Gomes “ -----*

*(início 23 horas e 10 minutos; fim 23 horas e 12 minutos) -----*

O Senhor Presidente da Mesa pediu a palavra para solicitar à Senhora Presidente, alteração da Ordem de Dia, nomeadamente a ordem sequencial dos assuntos, uma vez que estavam presentes o Senhor Revisor Oficial de Contas e funcionários municipais para prestar esclarecimentos, pelo que propôs a apreciação dos Pontos 3, 4,5, 6, 7 e ainda o assunto que foi incluído (Ponto 9), antes do Ponto 2 da Ordem do Dia. -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a alteração da Ordem do Dia, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

## **2) LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS (Ponto 3 da Ordem do Dia: -----**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que solicitou a intervenção da Senhora Chefe da Divisão Financeira, Senhora Dra. Carla Amaro, para prestar esclarecimentos sobre o assunto. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

(início 23 horas e 12 minutos; fim 23 horas e 14 minutos) -----

## **3) INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 (Ponto 4 da Ordem do Dia: -----**

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. (início 23 horas e 14 minutos; fim 23 horas e 18 minutos). -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto a votação tendo o INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015, sido aprovado por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.



**4) LCA – LEAL, CARREIRA ASSOCIADOS SROC – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 2015 E PARECER (Ponto 5 da Ordem do Dia: -----**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. (início 23 horas e 40 minutos; fim 23 horas e 42 minutos). -----

Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 2015 E PARECER. -----

**5) DECLARAÇÃO PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 08/2012 (Ponto 6 da Ordem do Dia: -----**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. (início 23 horas e 19 minutos; fim 23 horas e 20 minutos). -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa pôs o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade a DECLARAÇÃO PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 08/2012. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**6) DECLARAÇÃO PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 08/2012 (Ponto 7 da Ordem do Dia: -----**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. (início 23 horas e 20 minutos; fim 23 horas e 21 minutos). -----

Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da DECLARAÇÃO PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 08/2012. -----

**7) MAXIVIDRO – TRANSFORMADORES E DISTRIBUIDORES DE VIDRO, SA – DESAFETAÇÃO E AFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL (Ponto 9 da Ordem do Dia: -----**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que solicitou a intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos sobre o processo. (início 23 horas e 21 minutos; fim 23 horas e 22 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que uma vez que o processo teve início no executivo anterior, solicitava a intervenção do Senhor Vereador Calhoa Morais para prestar esclarecimentos adicionais. (início 23 horas e 23 minutos; fim 23 horas e 33 minutos) -----

Seguidamente, foi solicitada a intervenção da Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, Senhora Eng<sup>a</sup>. Margarida Costa, que prestou esclarecimentos técnicos sobre o processo. (início 23 horas e 33 minutos; fim 23 horas e 37 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação. -----

Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Fernando Manuel da Silva de Melo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; votaram contra os Senhores Deputados Municipais: António Nogueira das Neves e Susete da Conceição Ruivo Gomes. --- A DESAFETAÇÃO E AFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, requerida pela MAXIVIDRO – TRANSFORMADORES E DISTRIBUIDORES DE VIDRO, SA, foi aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 2 votos contra. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**8) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOSTERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (Ponto 2 da Ordem do Dia):** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que aguardaria as questões que iriam ser colocadas para posteriormente responder às mesmas. (início 23 horas e 40 minutos; fim 23 horas e 41 minutos) -----

O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação do Orçamento Participativo, da recuperação da Quinta do Alberto e do novo edifício da Câmara Municipal. Felicitou a informação da área ambiental, tendo solicitado esclarecimentos sobre a mesma. (início 23 horas, 41 minutos e 2 segundos; fim 23 horas e 44 minutos) -----

**AUSÊNCIA DE DEPUTADO MUNICIPAL** – O Senhor Deputado Municipal, Fernando Manuel da Silva de Melo, ausentou-se da sessão às 24 horas e 44 minutos) -----

O Senhor Deputado Municipal, António Neves pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a Declaração de Voto, que a seguir se transcreve: -----

*“ Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal -----*

*1.º - Para que conste que não criticamos só, registamos com agrado o arranjo e adaptação dos terrenos em princípio destinados à construção do segundo edifício da CMM, a parque de estacionamento provisório. Por outro lado, esperamos que se cumpra a promessa, aqui feita anteriormente, de aproveitar o caminho pedonal construído provisoriamente durante as obras na ponte do Gameiro, de passar a existir definitivamente um espaço dedicado aos peões na chamada estrada do campo de futebol.*

2.º - Para que não caia no esquecimento, aqui deixamos um lamento: já por diversas vezes chamamos a atenção para a importância da existência de placas nas entradas da cidade, assinalando a geminação com Millau; acreditamos que é só falta de agendamento e não esquecimento ou má vontade para com as propostas e achegas que a CDU traz a esta AMM. -----

3.º - Um outro assunto que trazemos aqui também não é novo; é relacionado com a Mata do Bussaco. Não é a primeira vez, não será certamente a última já que se trata de uma matéria de tanta relevância a nível nacional e por maioria de razão a nível local. Também já o dissemos: a CDU sempre se mostrou pouco favorável a uma solução fundacional. Aliás, por princípio, a CDU considera esse modelo pouco transparente e adequado. Ora o que temíamos aconteceu: quando se transformou a administração da Mata do Bussaco numa fundação, obstaculizando a ação da autarquia na gestão da Mata, alertámos para as dificuldades, incentivámos à contestação de tal decisão. Como sempre, fomos tidos com "arautos da desgraça", "velhos do Restelo", pouco modernos. Pois veio o governo do PSD-CDS-PP e retirou dinheiro às fundações, no caso vertente à da Mata do Bussaco, sem olhar a meios de avaliação do que até aí fora feito. Em reportagem recentemente (na última sexta-feira santa) passada numa das cadeias de televisão de sinal aberto, mostrou-se o estado de degradação das capelas da Via-Sacra do Bussaco. Há anos que nada tem sido feito neste âmbito (e outros) na Mata do Bussaco. Como vai a autarquia defender e apoiar uma candidatura a património da UNESCO correndo graves riscos de não preencher os requisitos de base para a referida candidatura? -----

4º.Finalmente e infelizmente o assunto das fontes de Stª Cristina e S. João do Luso. Não vamos repetir o que dissemos em 2014. O que é certo e o que sabemos é que a saúde pública continua a correr riscos e a despertar-nos preocupação. Queremos é explicações: -----

- por que razão as análises feitas em 2015 à água da Fonte de S. João deram valores aceitáveis e este ano, consultada a Sr.ª Delegada de Saúde que nos facultou os números já de abril, a água apresenta níveis preocupantes de contaminação. -----

- por que razão não existe uma placa em local bem visível, junto das bicas, com o aviso: " água não adequada a consumo humano". -----

Deixamos uma sugestão: -----

Que as análises da água das fontes referidas (Stª Cristina e S. João) passem a integrar um plano paralelo ao do Plano de Controlo da Qualidade da Água que se faz para enviar ao ERSAR, isto é, seriam feitas mas os resultados seriam para conhecimento da CMM e da Delegada de Saúde que atuariam junto da população sempre que houvesse alterações para melhor ou para pior.

Um outro assunto que nos preocupa: o encerramento tão prolongado da cafetaria do parque da cidade: o que se passa? A acreditar na comunicação afixada na porta, trata-se de problemas técnicos. Que problemas? E quanto ao restaurante? Está arrendado? -----

*Parece-nos muito mal que todo o mobiliário exterior dos dois espaços se encontre assim à disposição dos caprichos da meteorologia e de quem quiser utilizá-lo para o fim que lhe aprouber, incluindo roubá-lo. A quem pertence? A ser propriedade do município, que responsabilidade e que exemplo dá a CM aos munícipes? Por outro lado, parece-nos que deveria haver sinalização no Parque da Cidade, indicando o Centro Interpretativo do Ambiente, as instalações sanitárias, a cafetaria. Está a CMM a despende dinheiro na associação "caminhos de Fátima" e depois não há qualquer sinalização da existência de apoios logísticos aos peregrinos (de Fátima ou de Santiago), que invadem o parque à procura das instalações sanitárias. Estas aliás estariam mais vigiadas se a cafetaria estivesse em funcionamento. Com um local tão aprazível como é aquele, procurado por gente da Mealhada e forasteiros, é visível a decepção de todos. -----*

*Os deputados da CDU -----*

*António Neves, Suzete Gomes -----*

*(início 23 horas e 44 minutos; fim 23 horas e 46 minutos) -----*

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que foram colocadas. (início 23 horas e 47 minutos; fim 24 horas e 20 minutos) -----

**9) PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O LUGAR DE CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO – DESIGNAÇÃO DO JÚRI (Ponto 8 da Ordem do Dia): -----**

O Senhor Deputado Municipal, António Neves pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: -----

*“ Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal -----*

*Sem pôr em causa a honorabilidade das pessoas referidas, que compõem o júri de recrutamento para o lugar de Chefe de Divisão de Administração e Conservação do Território, pretendemos que V.Ex<sup>a</sup> nos informe quais os critérios de escolha dos elementos do júri e qual a entidade que faz a aferição das atribuições curriculares e outras, constantes das exigências que decorrem do artigo 13, pontos 1º e 2º da Lei 49/2012. -----*

*Os deputados da CDU -----*

*António Neves, Suzete Gomes -----*

*(início 24 horas e 21 minutos; fim 24 horas, 22 minutos) -----*

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder á questão colocada. (início 24 horas e 22 minutos; fim 24 horas, 25 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Constituição do Júri para o PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O LUGAR DE CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO, tendo sido aprovada por unanimidade, a seguinte constituição do Júri: Presidente – Dr. Soares Carvalho; Vogal – Eng.<sup>a</sup> Margarida Costa; Vogal – Dr.<sup>a</sup> Carla Amaro; Suplente – Dr.<sup>a</sup> Cristina Olívia; Suplente – Eng.<sup>o</sup> Carlos Alberto Cosme. -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 144

---

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 24 horas e 30 minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim, Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

David de Melo Esteves

---

